

ÍNDICE INTERATIVO

[Despesa com saúde deve subir R\\$ 10,6 bi até 2027](#) - Fonte: Valor Econômico

[Por que as organizações de saúde precisam implementar um sistema eficiente de governança da informação](#) - Fonte: Saúde Business

[Planos de saúde: ANS divulga números de novembro](#) - Fonte: ANS

[Planos odontológicos podem encerrar 2019 com 26 milhões de beneficiários](#) - Fonte: IESS

[Saúde responde por mais de 1/5 dos novos empregos no país](#) - Fonte: IESS

[Recursos de multas aplicadas pela ANS](#) - Fonte: Capitólio

DESPESA COM SAÚDE DEVE SUBIR R\$ 10,6 BI ATÉ 2027

Valor Econômico - 07/01/2020

Envelhecimento e o aumento da população devem pressionar despesas na área nessa magnitude

O envelhecimento e o aumento da população devem gerar até 2027 uma pressão por expansão de R\$ 10,6 bilhões nas despesas do governo federal com saúde, de acordo com cálculos do Tesouro Nacional publicados em seu recente boletim de riscos fiscais. Por sua vez, a evolução demográfica diminuirá a pressão por gastos na área da educação (-R\$ 1,1 bilhão em 2027), devido à queda na população jovem.

A estimativa de impacto da evolução demográfica brasileira sobre as despesas selecionadas de saúde e educação de 2019-2027 é de cerca de R\$ 9,5 bilhões “em demanda adicional por despesas públicas, reflexo da modificação da estrutura etária, com aumento do número de idosos e redução do número de jovens na população”, segundo o Tesouro. “Tal cifra representa 10,1% do valor despendido em 2018 nos mesmos programas.”

O coordenador-geral de estudos econômico-fiscais do Tesouro, Rafael Araújo, explicou ao Valor que as contas só trabalham com simulações de efeitos demográficos, mantendo todas as demais variáveis constantes. Ou seja, não leva em conta, por exemplo, possíveis aumentos de cobertura.

Ele ressalta que, no caso da saúde, são dois os fatores de pressão. O envelhecimento da população gera mais despesas com remédios e serviços médicos para idosos, como internações. Além disso, também se espera maior pressão de gastos com recém-nascidos.

O boletim do Tesouro explica que, para estimar o impacto da evolução demográfica nas despesas com saúde, foram considerados os programas de Assistência Farmacêutica,

inclusive Farmácia Popular, e da Atenção de Média e Alta Complexidade (atendimento hospitalares e ambulatoriais). “Nas despesas com educação, foram consideradas as chamadas despesas com controle de fluxo, que correspondem, grosso modo, a todas as despesas da área, exceto pessoal ativo e inativo, Fundeb [o fundo para a educação básica], salário-educação e o impacto primário do Fies”, explica o órgão. “Somadas, as despesas analisadas alcançaram R\$ 93,4 bilhões em 2018, sendo R\$ 59,5 bilhões referentes à saúde e R\$ 33,9 bilhões referentes à educação”, acrescenta.

Araújo diz que, embora as contas sejam feitas apenas considerando-se a União, o efeito para Estados e municípios vai na mesma direção. No ano passado, o governo enviou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do chamado Pacto Federativo, que tem como uma de suas sugestões a unificação dos limites de gastos em saúde e educação, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Mas naturalmente os números ajudam no discurso de que um limite unificado para as duas principais rubricas sociais faz sentido, em um ambiente no qual haverá maior pressão por despesas de saúde do que com educação. Daí a ideia de se dar mais flexibilidade para os gestores alocarem seus limitados recursos orçamentários nessas duas áreas. Assim, em nível federal, seria possível, em tese, diminuir um pouco as despesas em educação sem prejudicar o atendimento à população, compensando com maior gasto em saúde.

Como os volumes não são equivalentes, o governo ainda teria que encontrar maneiras de atender à maior pressão de despesas na saúde dentro do teto de gastos.

POR QUE AS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE PRECISAM IMPLEMENTAR UM SISTEMA EFICIENTE DE GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO

Saúde Business – 07/01/2020

No Brasil, temos dois grandes desafios que exigem das organizações de saúde a implementação de um eficiente sistema de governança da informação: a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), prevista para entrar em vigor em agosto de 2020, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas organizações; e a Lei do Prontuário Eletrônico, que dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente, publicada em dezembro de 2018.

A má notícia para os responsáveis pelas políticas de governança da informação é que registros médicos são um dos alvos preferidos dos hackers. E violações e uso indevido de dados podem levar a roubo de identidade e processos caros.

Quando pensamos no ciclo de vida dos dados pessoais sensíveis na saúde, devemos lembrar que há todo um ecossistema interligado, que vai da clínica médica ao hospital, passa pelo laboratório, a farmácia, o próprio paciente e os agentes de saúde, bem como toda a esfera pública – como o Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja, alcança desde o registro de um simples cadastro em um consultório até a

entrada em um Pronto Socorro de um hospital (público ou privado) e os dados ficam armazenados em cada uma dessas etapas.

Por isso, é preciso controlar quem tem acesso a esses dados confidenciais, com sistemas de gestão documental que integrem senhas e regras de permissão que garantam que as políticas de governança da informação sejam observadas em todo o seu ciclo de vida. O objetivo é que ferramentas integradas permitam estar sempre à frente dos requisitos de conformidade, o que significa que os documentos estejam sempre prontos para auditorias.

O treinamento deve ser um esforço contínuo para educar funcionários sobre políticas, ameaças atuais e como lidar com

elas. E como os colaboradores são citados como o elo mais fraco na segurança digital, devem ser tratados como qualquer outro ponto de vulnerabilidade na empresa, com instruções claras sobre as ameaças de segurança que podem vir a enfrentar, e também, as consequências caso não sigam as práticas de um sistema eficiente de governança da informação. Na verdade, tudo é uma questão de alinhar pessoas, processos e tecnologia para a implementação de soluções de gestão documental que garantam a segurança digital das informações em todo o seu ciclo de vida, com customização e aplicação de regras de conformidade e de temporalidade.

Para fugir das multas e sanções previstas pela LGPD, todo cuidado é pouco.

PLANOS DE SAÚDE: ANS DIVULGA NÚMEROS DE NOVEMBRO

ANS – 06/01/2020

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou nesta segunda-feira (06/01) os dados do setor de planos de saúde relativos ao mês de novembro. No período, o setor totalizou 47.223.963 beneficiários em planos de assistência médica em todo o Brasil, mantendo estabilidade em relação ao mesmo período de 2018 (47.236.459).

Já o segmento exclusivamente odontológico segue em sua trajetória de evolução nos últimos anos, contabilizando 25.777.679 usuários e crescimento de 1.557.859 em relação a novembro de 2018.

Entre os estados, no comparativo entre novembro de 2018 e novembro de 2019, o setor registrou crescimento de

beneficiários em planos de assistência médica em 14 Unidades Federativas, sendo Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro as que tiveram o maior ganho de beneficiários.

A ANS ressalta que os números podem sofrer modificações retroativas em função das revisões efetuadas mensalmente pelas operadoras.

A consulta destes dados está disponível por meio da Sala de Situação, ferramenta do portal da ANS. [Acesse aqui.](#)

Confira nas tabelas abaixo a evolução de beneficiários por tipo de contratação do plano e por UF.

Beneficiários em planos de assistência médica, por tipo de contratação

COMPETÊNCIA	Total	Coletivo			Individual	Não Informado
		Empresarial	Por adesão	Não identificado		
nov/18	47.236.459	31.793.895	6.230.162	685	9.108.697	103.020
nov/19	47.223.963	31.864.655	6.225.910	635	9.039.253	93.510

Beneficiários em planos exclusivamente odontológicos, por tipo de contratação

COMPETÊNCIA	Total	Coletivo			Individual	Não Informado
		Empresarial	Por adesão	Não identificado		
nov/18	24.219.820	17.670.837	2.259.513	1.958	4.271.857	15.655
nov/19	25.777.679	18.791.701	2.489.776	1.845	4.482.046	12.311

Beneficiários por UF

UF	Beneficiários em Planos de Assistência Médica		Beneficiários em Planos Exclusivamente Odontológicos	
	nov/18	nov/19	nov/18	nov/19
Acre	41.844	41.444	15.149	15.417
Alagoas	376.119	369.170	278.267	276.123
Amapá	71.199	65.458	44.620	45.346
Amazonas	512.450	522.558	399.416	439.580
Bahia	1.599.329	1.589.690	1.486.071	1.535.476
Ceará	1.280.101	1.262.644	928.115	978.133
Distrito Federal	889.806	884.754	547.723	597.952
Espírito Santo	1.109.007	1.125.189	498.167	536.135
Goiás	1.157.441	1.187.146	622.659	661.143

UF	Beneficiários em Planos de Assistência Médica		Beneficiários em Planos Exclusivamente Odontológicos	
	nov/18	nov/19	nov/18	nov/19
Maranhão	470.356	478.986	197.471	200.698
Mato Grosso	580.873	584.867	201.337	222.936
Mato Grosso do Sul	592.370	588.153	142.132	151.609
Minas Gerais	5.034.589	5.095.247	2.065.400	2.186.218
Não Identificado	33.525	36.355	66.047	40.373
Pará	799.847	804.551	413.691	435.975
Paraíba	414.729	416.288	329.245	373.528
Paraná	2.856.123	2.858.665	1.259.710	1.318.950
Pernambuco	1.344.156	1.342.547	902.203	972.753
Piauí	337.132	326.485	87.185	92.215
Rio de Janeiro	5.380.409	5.400.774	3.284.883	3.447.675
Rio Grande do Norte	501.596	498.603	330.429	339.508
Rio Grande do Sul	2.577.884	2.551.065	770.103	795.978
Rondônia	154.135	147.811	112.971	101.559
Roraima	29.028	29.856	9.358	11.218

UF	Beneficiários em Planos de Assistência Médica		Beneficiários em Planos Exclusivamente Odontológicos	
	nov/18	nov/19	nov/18	nov/19
Santa Catarina	1.510.670	1.470.862	489.887	555.265
São Paulo	17.153.601	17.115.004	8.487.380	9.117.074
Sergipe	319.039	319.717	201.324	204.820
Tocantins	109.101	110.074	48.877	124.022
TOTAL	47.236.459	47.223.963	24.219.820	25.777.679

PLANOS ODONTOLÓGICOS PODEM ENCERRAR 2019 COM 26 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS

IESS – 06/12/2020

Levantamento do IESS indica que setor pode fechar o ano com recorde histórico

Quase 1,6 milhão de novos brasileiros passaram a contar com planos exclusivamente odontológicos nos 12 meses encerrados em novembro de 2019, conforme aponta a [Nota de Acompanhamento de Beneficiários \(NAB\)](#), do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Com o resultado, esse tipo de plano passa a atender 25,8 milhões de vínculos no País.

José Cechin, superintendente executivo do IESS, acredita que na apuração dos números de dezembro, o setor possa chegar ao recorde de 26 milhões de beneficiários. “Desde setembro temos registrado um saldo mensal de mais de 200 mil novos vínculos e, se esse comportamento se mantiver no último mês no ano, o setor poderá registrar esse recorde histórico”, avalia.

Por outro lado, o total de beneficiários de planos de saúde médico-hospitalares continua praticamente estável. Nos 12 meses encerrados em novembro, o segmento teve um leve recuo de 0,03%. O que equivale a 12,5 mil vínculos rompidos. No total, há 47,2 milhões de beneficiários deste tipo de plano no Brasil.

A NAB indica que São Paulo foi o Estado em que mais planos exclusivamente odontológicos foram contratados. Entre novembro de 2019 e o mesmo mês do ano anterior, 629,7 mil novos vínculos deste tipo foram firmados no Estado. Alta de 7,4%. Por outro lado, esta foi a Unidade da Federação com o segundo maior número de rompimentos de contratos com planos médico-hospitalares: 38,6 mil. O que representa 0,2% do total no Estado. Apenas Santa Catarina perdeu mais vínculos no período analisado, 39,8 mil ou 2,6%.

SAÚDE RESPONDE POR MAIS DE 1/5 DOS NOVOS EMPREGOS NO PAÍS

IESS – 05/01/2020

A cadeia produtiva da saúde concentra 21,9% dos novos empregos gerados nos últimos 12 meses. De acordo com o [Relatório de Emprego na Cadeia Produtiva da Saúde](#), 491,9 mil vagas de trabalho formal foram criadas entre outubro de 2019 e o mesmo mês de 2018. Destas, 107,6 mil concentram-se no setor de saúde.

As atividades econômicas ligadas à saúde têm agido como um grande motor da economia ao longo deste ano, principalmente no setor privado. No período analisado, o setor público registrou saldo negativo de 3 mil postos de trabalho (estatutários, CLT e comissionados). Já o setor privado abriu 110,7 mil novas vagas formais.

No total, a cadeia produtiva da saúde emprega 5,1 milhões de brasileiros, sendo 1,5 milhão no setor público e 3,6 milhões no privado. O montante é 2,1% superior ao registrado em outubro de 2018 e representa 11,7% da força de trabalho no País.

O relatório ainda aponta que este percentual está crescendo, com o setor respondendo por uma fatia cada vez maior dos empregos no Brasil. Na mesma época do ano passado, o setor respondia por 11,6% da força de trabalho. O crescimento de 0,1 ponto percentual em 12 meses pode não parecer muito, mas é bastante expressivo e representa a criação de mais de 100 mil novos empregos. O resultado é especialmente positivo uma vez que a tendência é de

crescimento continuado ao longo de 2020 e, também, dos próximos anos.

Por fim, vale destacar que o impulso notado nas contratações acontece em um momento em que não houve mudança significativa do total de beneficiários de planos de saúde. O que indica que esta cadeia produtiva está se equipando (com recursos humanos) para ofertar mais qualidade assistencial aos seus beneficiários presentes e futuros.

Os números podem ser consultados também no [IESSdata](#).

RECURSOS DE MULTAS APLICADAS PELA ANS

Capitólio – 05/12/2019

Estudo da Capitólio apurou que em 2019, a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar julgou 6.916 recursos de multas e confirmou 6.737 das multas aplicadas. Somente 188 processos se transformaram em advertências ou foram arquivados/anulados.

No total do ano foram confirmadas multas para 665 empresas perfazendo o montante de R\$ 475,2 milhões.

Por modalidade de empresas, foram aplicados os seguintes valores de multas: (R\$ milhões)

Administradoras: 38,6
Empresas de Autogestão: 38,4
Cooperativas Médicas: 171,4
Empresas Filantrópicas: 3,7
Medicinas de Grupo: 143,3
Odontologias de Grupo: 10,8
Seguradoras: 57,8
Sem registro na ANS: 9,1

Fonte: As matérias publicadas nesta Newsletter são de assuntos de consultoria atuarial e do o setor de saúde suplementar, sendo de responsabilidade de seus autores e não refletindo, necessariamente, a opinião da Milliman.

Nota: Para **incluir** ou **alterar** seu e-mail na lista de destinatários do Newsletter, envie uma mensagem com sua solicitação para saude@milliman.com.

Para **remover** da lista, por favor, responda esta mensagem com o assunto 'Remover' no campo assunto.

A Milliman está entre os maiores fornecedores mundiais de produtos e serviços atuariais e relacionados. A empresa possui práticas de consultoria em seguros de vida e serviços financeiros, seguros de propriedades e acidentes, saúde e benefícios aos empregados. Fundada em 1947, a Milliman é uma empresa independente com escritórios nas principais cidades do mundo.

milliman.com

© 2018 Milliman, Inc. Todos os direitos reservados. Os materiais neste documento representam a opinião dos autores e não são representativos das opiniões da Milliman, Inc. A Milliman não certifica as informações, nem garante a exatidão e integridade de tais informações. O uso de tais informações é voluntário e não deve ser invocado a menos que uma revisão independente de sua precisão e integridade tenha sido realizada. Os materiais não podem ser reproduzidos sem o consentimento expresso da Milliman.